

POÉTICAS E POLÍTICAS NEGRAS: UMA ETNOGRAFIA SOBRE O MOVIMENTO NEGRO NO CAMPO ARTÍSTICO E ACADÊMICO¹

Amanda Santos Silveira (UFSM/RS)

Palavras-chave: Movimento Negro. Dança. Aquilombamento.

RESUMO

Através de um diálogo entre Antropologia da Educação e Dança, este trabalho tem como objetivo apresentar dados parciais de um estudo etnográfico com dois coletivos negros, artísticos e vinculados a graduações em Dança no Rio Grande do Sul e analisá-los a partir da noção de aquilombamento de Beatriz Nascimento (1994-1995). O campo de pesquisa é composto pelo Coletivo Corpo Negra, de Porto Alegre/RS e pelo Coletivo Negressencia, de Santa Maria/RS. Pelo trabalho de campo realizado entre 2020 e 2022 é possível entender a noção de aquilombamento com uma conotação ideológica, no sentido de comunidade e de luta, se reconhecendo como uma pessoa que deve lutar por melhores condições de vida desde o momento em que faz parte da sociedade. Por fim, a experiência da negritude e da militância na Dança pode ser considerada um potencializador da luta antirracista dentro da universidade através da produção de novas poéticas e estéticas negras em Dança.

O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

Antes de compartilhar e analisar as trajetórias que vêm sendo trilhadas pelo Coletivo Corpo Negra e pelo Coletivo Negressencia, é importante resgatar brevemente a história do Movimento Negro no Brasil. Escolho este ponto de partida para contextualizar como se dá a inserção dos coletivos que compõem o campo de pesquisa no nível regional dentro de uma organização mais ampla no nível nacional. A professora, ativista e intelectual negra Nilma Lino Gomes (2011, 2018) mostra em seus trabalhos alguns marcos históricos no Brasil, como veremos a seguir.

Para dar início a esta escrita é fundamental pontuar que entendo o Movimento Negro a partir de Gomes (2018), como as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Na esteira do que propõe a autora, é possível ressignificar e atualizar a compreensão do que é Movimento

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto e 03 de setembro de 2022

Negro nos dias de hoje, proporcionando um entendimento mais amplo e um uso mais flexível do conceito. Gomes (2018) destrincha os mecanismos racistas imbricados no nosso cotidiano, destacando as relações interpessoais na vida profissional, principalmente no âmbito acadêmico.

A história do Movimento Negro é marcada por um período intermediário da transição do século XIX para o século XX com a abolição da escravatura. Esse período é decisivo para o futuro dos/as negros/as brasileiros/as, pois foi regulado pela via do racismo e pelo mito da democracia racial (GOMES, 2018). A primeira organização ocorreu nos anos 20 com a Frente Negra e, logo em seguida, nos anos 30, foi desarticulada pelo ditador Vargas (SANSONE, 2003).

A Frente Negra foi uma articuladora, sistematizadora de saberes emancipatórios e políticos sobre a realidade dos negros e negras brasileiros/as da época e é somente a partir dos anos 80 que o Movimento Negro passou a se configurar com ênfase na educação. Pensando na história do Brasil, a conclusão da graduação e a inserção na pós-graduação de ativistas negros e negras ocorreu tardiamente. A trajetória acadêmico-política com intelectuais engajados/as abriu caminhos para uma releitura e ressignificação emancipatória no que diz respeito a raça na sociedade brasileira e nas políticas de Estado. A partir dos anos 2000 o Movimento Negro influencia o governo brasileiro e possibilita mudanças estruturais nas áreas de cultura e educação, principalmente, nas universidades públicas com a efetivação das demandas das políticas públicas com a conquista das ações afirmativas (GOMES, GOMES, 2011).

Com limites e tensionamentos, as ações de reivindicação que articulavam os direitos à educação e diversidade ganham visibilidade na estrutura organizacional do Ministério da Educação. A demanda educacional do Movimento Negro desde os anos 80 foi contemplada em 2003, com a sanção da Lei 10.639/03, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos fundamental e médio.

No que toca diretamente as artes, com o reconhecimento da existência do racismo e as suas reverberações sociais na estrutura do país, se torna evidente a discriminação de performances e estéticas das danças produzidas por comunidades negras. A partir de experiências sociais e históricas racializadas em Dança, Paul Gilroy (2001) observa que, o fluxo e refluxo de escravos criou trocas culturais que possibilitaram às populações oprimidas negras formarem culturas à margem do modelo dominante. Nesse processo, sujeitos negros e negras criaram signos de resistência cultural à Modernidade

eurocêntrica. Especificamente no Brasil, há um vasto legado de danças que geralmente são nomeadas como “afro” e que de alguma forma reafirmam ou utilizaram desses signos herdados das tradições culturais africanas (ANDREOLI, 2021).

Ao longo da história da Dança, o movimento de desqualificar essas estilizações do corpo, esas posturas e estéticas criadas pelas populações negras foi parte importante de um dos mecanismos de funcionamento do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) e operou como uma forma de marcar fronteiras de distinção e hierarquização simbólica, bem como de reforçar privilégios sociais (ANDREOLI, 2021).

A partir disso, um repertório de danças se constituiu historicamente através de processos de resistência cultural contra o racismo, incluindo também as performances e os rituais das tradições religiosas, bem como as danças populares tradicionais como o batuque, a umbigada, o congo, o jongo e o samba de roda, por exemplo. Esse repertório se relaciona com lutas políticas, estéticas e poéticas e, mesmo que não expressem propriamente valores de uma visão de mundo tradicional africana, as músicas, os códigos, gestos e posturas performam estilos de vida que reafirmam signos de inferioridade que foram direcionados aos corpos negros ao longo da história (ANDREOLI, 2021).

Na história da Dança no Brasil, diversos artistas reafirmaram a presença negra em danças de matriz européia como forma de evitar o mecanismo de estereotipação do corpo negro, como se sujeitos negros não fossem capazes de dançar algo que não estivesse incluído nas raízes africanas. Por exemplo, Mercedes Batista e Mestre King (Raimundo dos Santos) exploraram tanto danças negras tradicionais (como a dança dos orixás e a capoeira) quanto danças de matriz cultural europeia como a dança moderna e a dança contemporânea (FERRAZ, 2017). No contexto das lutas políticas que articularam a representatividade negra na arte com a luta antirracista, o método de outra artista negra, Inaycira Falcão, propõe criar uma dramaturgia em dança a partir da auto-pesquisa, investigando pelo contato focado no próprio corpo as experiências que o indivíduo teve com essa herança cultural afrodiaspórica, chamada de ancestralidade. Esses são exemplos de articulação de continuidade histórica, produção de conhecimento e uma política emancipatória no âmbito de ensino da Dança.

Em 1945, simpatizante da Frente Negra, Abdias do Nascimento (1914-2011) fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN) que evoluiu para um grupo de discussão e ação sobre a desigualdade racial. Segundo Gomes (2018), o TEN nasceu para contestar a discriminação racial, para formar atores/atrizes, dramaturgos/as negros/as e

para resgatar a herança africana na sua expressão brasileira. Além disso, é importante pontuar nesse trabalho, que o TEN alfabetizava os/as primeiros/as participantes: operários/as, empregados/as domésticos/as, favelados/as sem profissão e funcionários/as públicos/as. Com isso, dava oportunidade de se instrumentalizar para indagar o próprio espaço que a população negra ocupava no contexto nacional da época.

A partir da pesquisa de doutoramento que iniciou em 2020, um fator importante foi averiguar a importância e a abrangência da presença de artistas negros e negras do país para a trajetória da Dança brasileira na encruzilhada entre arte e política. Os registros partem dos anos 60 radicados em diversos estados brasileiros, englobando ações artísticas que conectavam grupos populares e shows folclóricos.

Somado a isso, ações artísticas experimentais gestadas dentro e fora das universidades, espetáculos internacionais como, por exemplo, a apresentação do Grupo de Dança Contemporânea da UFBA na cidade de Lagos na Nigéria em 1977 e, em seguida, a atuação de Eusébio Lobo no elenco de Katherine Dunham Dance Company em Nova Iorque, em 1979. Além disso, Mercedes Batista ministrou diversas oficinas nos Estados Unidos sobre dança afro-brasileira, mesmo tendo sua história marcada por experiências de racismo no campo da dança, por uma constante falta de reconhecimento e pela dificuldade de manter sua companhia no Brasil, o Balé Folclórico Mercedes Batista (FERRAZ, 2017).

O recorte étnico-racial dentro dos acervos institucionais e documentais confere um silenciamento sobre a presença dos fazeres negros na história da Dança brasileira, desvalorizando a relevância dos saberes corporais legados das diásporas negras e sedimenta as políticas de representação afirmativa sobre a contribuição do protagonismo negro no campo da dança em geral. Portanto, esse resgate histórico contribui também para a formação de uma memória que faça justiça e torne as trajetórias e as contribuições desses/as artistas visíveis. Reconheço as vivências negras que fecundam a experiência brasileira e constato a necessidade de preencher as lacunas existentes na produção do conhecimento histórico em Dança. Além disso, evidenciar a presença negra na dança como parte de um movimento social que empodera uma poética política e evidencia o debate necessário sobre o combate às formas sutis de racismo e invisibilização das experiências negras nas artes.

Diante desse breve resgate histórico, através de um diálogo entre Antropologia da Educação e Dança, me detenho no objetivo dessa escrita: apresentar dados parciais de um estudo etnográfico com dois coletivos negros, artísticos e vinculados a graduações

em Dança no Rio Grande do Sul, criados em 2016. Para tanto, a seguir apresento o Coletivo Negressencia e, em seguida, o Coletivo Corpo Negra.

O COLETIVO NEGRESSENCIA E O COLETIVO CORPO NEGRA

O Coletivo Negressencia e o Coletivo Corpo Negra são grupos formados por jovens negros e negras intelectuais e consciente racialmente que reivindicam o acesso à educação, ao mercado de trabalho, o direito de circular e permanecer plenamente em espaços públicos, a criação de lugares ligados a religiosidades e o acesso aos direitos civis. Entendidos como grupos políticos produtores de experiências de arte e educação, principalmente, ressignificam questões étnico-raciais dentro e fora do meio universitário e podem ser considerados como uma forma de agenciamento para a permanência na universidade.

O Coletivo Negressencia teve início em Santa Maria/RS como “Projeto Negressencia”, em 2016, quando seu fundador Manoel Timbaí ganhou um financiamento para artistas e produtores/as negros/as da Fundação Nacional das Artes (FUNArte). O edital foi lançado em 20 de novembro de 2012 pela FUNArte em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), com objetivo de proporcionar aos produtores e artistas negros oportunidade de acesso a condições e meios de produção artística, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343/2010) e pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.2888/2010), abrindo precedente nas ações afirmativas no campo das artes no país.

Manoel dirigiu o processo criativo do espetáculo “Negressencia: Mulheres cujos filhos são peixes”, contando com oito intérpretes-criadores/as negros/as e uma assistente de direção para transformar em Dança e performance uma etnografia realizada pela antropóloga negra Maria Andrea Soares com 15 mulheres negras gaúchas. Nesse período, faziam parte do Projeto como intérpretes-criadores/as: Letícia Ignácio, Gabrielle Barcelos, Karen Tolentino, Vinicio do Carmo, Venir Xavier, Jaine Barcellos, Lenora Schimidt e eu, Amanda Silveira.

Figura 1: Intérpretes-criadores/as do Projeto Negressencia (2016)



Fotos: Franciele Oliveira **Imagem:** elaboração da autora

Esse processo ocorreu na UFSM, pois o idealizador e diretor artístico Manoel Timbaí era acadêmico do curso de Dança-Licenciatura e também cursava disciplinas no curso de Dança-Bacharelado, criando uma parceria com ambos os cursos de forma que o Projeto desenvolveu suas ações dentro do *campus* da Universidade.

Quando o período de financiamento chegou ao fim, os/as integrantes decidiram continuar como grupo formando o Coletivo Negressencia, fundamentado pelo trabalho de narrativas pautadas em trajetórias negras. Além disso, o Coletivo nasce para ser um espaço de criação em arte, para o compartilhamento de ações profissionais e também para ser um espaço afetivo, já que a experiência na imersão artística que constituiu o Projeto Negressencia configurou o que a intelectual negra Patrícia Hill Collins chama de “espaços seguros”:

Embora a dominação seja inevitável como fato social, é improvável que seja hegemônica como ideologia dentro dos espaços sociais nos quais as mulheres negras falam livremente. Essa esfera de discurso relativamente seguro, embora restrita, é uma condição necessária para a resistência das mulheres negras (COLLINS, 2019, p. 185).

Além de criarmos obras artísticas no formato de espetáculo e de performances que circularam o Rio Grande do Sul, construímos coletivamente um espaço em que podíamos falar livremente, acolher nossas dores, comemorar nossas vitórias, acariciar nossas

memórias e expressar tudo isso em movimento. Mesmo enquanto coletivo independente, o Negressencia seguiu ocupando o espaço universitário da UFSM para intervenções artísticas e ensaios. Hoje o Coletivo Negressencia é multiterritorial, com um grupo composto por artistas negros e negras com ou sem vínculo acadêmico, que residem no Rio Grande do Sul (RS) e em Santa Catarina (SC). O grupo desenvolve algumas ações independentes e outras em parceria com a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), já que Manoel Timbaí atua como professor titular desta instituição e vincula o Coletivo a um de seus projetos extensionistas.

Algumas pessoas que atuaram como intérpretes-criadoras no período de financiamento da FUNArte deixaram o grupo e, para remontar as criações e seguir com as apresentações, outras pessoas entraram para substituir, formando um grupo mais amplo composto por dois núcleos. Há um núcleo afetivo, composto pela maioria dos/as integrantes tanto da primeira formação de 2016 quanto novos integrantes, mas que não atuam diretamente nas ações do grupo. Há também um núcleo efetivo, com um número menor de pessoas que comparecem as reuniões virtuais, que idealizam e produzem ações, que engajam nas redes sociais e que atuam diretamente para que o coletivo se mantenha vivo.

É importante pontuar que faço parte do Coletivo Negressencia desde 2016, o que me proporciona um lugar de fala “de dentro” e privilegiado para obter as informações sobre o grupo. A intelectual negra Djamila Ribeiro (2017) ao nos ensinar o que é lugar de fala, diz que o conceito trata de lugares sociais e modos pelos quais são possíveis tirar proveito disso. Utilizando a noção foucaultiana de discurso, a autora trata a noção de lugar de fala como condições sociais e como saberes localizados, pensando nas posições e marcas políticas que um determinado sujeito ocupa.

A partir disso, estou comprometida não só como pesquisadora, mas também como sujeito da investigação. Isso configura um tipo de autoetnografia que necessariamente se ancora no corpo e na experiência do corpo, sobretudo quando esse corpo dança e se expressa através do movimento. O universo artístico que evidencia o corpo negro dançante diz respeito a uma multiplicidade de informações vivas, das sensações e da estesia, onde a etnografia e a Dança se encontram, se movimentam em conjunto, uma dando suporte à outra.

Por outro lado, a minha perspectiva é totalmente “de fora” quando se trata do Coletivo Corpo Negra. O grupo é composto exclusivamente por mulheres negras acadêmicas e egressas do curso de Dança-Licenciatura da UFRGS em Porto Alegre,

capital do Rio Grande do Sul. O Coletivo foi criado por Gécica Oliveira, na época acadêmica do curso, ao constatar a presença de mulheres negras no curso de Dança e sentir a necessidade de reuni-las em um grupo para compartilhar as experiências na Universidade, mobilizar intervenções artísticas e políticas. Fazem parte do Coletivo Corpo Negra Nathália Dornelles, Luísa Dias, Anne Ferreira, Mariana do Amaral, Bárbara de Oliveira, Karine Guedes, Luiza Alves, Leandra Oliveira, Vanessa Fiuza, Giordana Quiroga, Marianna Duarte, Aline de Oliveira, Nicole Correa e Luiza Verônica Ramirez da Silva.

Figura 2: Integrantes do Coletivo Corpo Negra (2021)



Fonte: *Instagram* do Coletivo Corpo Negra

A ideia de Gécica foi o pontapé inicial para, além de lidar de forma resiliente com os atravessamentos do racismo e da solidão das mulheres negras, hoje o grupo se tornar um projeto de extensão registrado na UFRGS sob orientação da professora Lizete Vargas. Formado por pequenos grupos com diferentes responsabilidades, como a produção de trabalhos acadêmicos, as demandas burocráticas do projeto extensionista, as pautas das

reuniões e a organização das aulas nas escolas, entre outras, percebo que o Coletivo Corpo Negra tem vários núcleos efetivos dentro de um grande grupo afetivo.

AQUILOMBAMENTO NA DANÇA

A partir da apresentação dos grupos, interessa agora analisar e compreender como nós negros e negras trilhamos nosso caminho dentro da universidade, onde nos fortalecemos, onde encontramos espaços para assumir fragilidades e vulnerabilidades, onde estão nosso conforto e nossos pares. As diferenciações produzidas pelo racismo foram construídas historicamente e continuam operando sobre a vida social, impulsionando e mobilizando ações e obras artísticas dos dois coletivos.

Na prática, as ações dos grupos reafirmam a importância de buscar caminhos para recuperarmos nossa humanidade enquanto sujeitos negros e negras e, além disso, para construirmos com nossos pares espaços de troca, de escuta e de diálogos potentes que promovam a nossa emancipação.

Enquanto Projeto Negressencia, uma das ações desenvolvidas foi a formação itinerante em Danças Negras como parte das atividades durante o financiamento da FUNArte. Essa formação era voltada para os/as intérpretes-criadores/as, com um acervo digital composto por vídeodanças, palestras, entrevistas e vídeoaulas de artistas negros e negras e com uma apostila com um compilado de capítulos de livros, artigos e textos produzidos também por intelectuais negros/as. Intelectuais como Suzana Martins, Inaicyrá Falcão, Luciane Ramos e Muniz Sodré, por exemplo, davam subsídio para entendermos questões de corpo, ancestralidade, criação artística e conhecimentos corporais provenientes de manifestações artísticas, religiosas e populares do povo afro-brasileiro. É importante ressaltar que nessa formação do grupo, 4 das 8 pessoas participantes eram acadêmicas da UFSM entre os cursos de Dança-Bacharelado, Teatro e Educação Física e frequentemente comentavam desconhecer esses/as intelectuais antes da formação itinerante no Projeto Negressencia.

Após a transição para coletivo independente, entre tantas outras ações, destaco aqui as duas edições do curso online ministrado durante a pandemia de Covid-19 e abertos ao público de todo o Brasil, o “Corpo Casa: uma imersão criativa em vídeodança” em 2020 e o “Corpo Casa: preteando a criação” em 2021.

Particpei como facilitadora e diretora artística da primeira edição do curso, uma ação criativa que buscava investigar a ancestralidade que habita o corpo e a casa de cada um e cada uma. Além disso, a imersão criativa visava aprofundar os cuidados com a

saúde mental através de um processo criativo online criando poéticas coerentes com o momento pandêmico conectadas com a situação do lar. Em busca das poéticas do corpo e da casa, foram realizadas discussões acerca da memória dos encontros que escrevem a trajetória da arte negra brasileira, da consciência e organização corporal a partir de perspectivas negras, de uma introdução aos fundamentos das danças afro-brasileiras e da utilização de dispositivos móveis na captação de imagens da dança.

A segunda edição do curso foi idealizada e realizada por mim, contando com a parceria da UFPel através de Manoel Timbaí e seus projetos dentro do curso de Dança da instituição. Essa edição estava voltada para criação e pesquisa acadêmica na área da Dança, oferecendo uma consultoria online individual para cada participante, afim de proporcionar um suporte teórico-prático a partir da minha condição de artista-pesquisadora. Percorrendo a encruzilhada de saberes da Antropologia da Educação com a Dança e articulando conhecimentos teórico-práticos sobre educação antirracista, antropologia da educação, estudos étnico-raciais, processos identitários, criação em Dança, consciência e organização corporal e metodologia de pesquisa, a segunda edição do curso teve como principal objetivo instrumentalizar artistas negros e negras para seus projetos durante a graduação e o ingresso na pós-graduação.

O Coletivo Corpo Negra tem diversas ações, entre elas o “Corpo Negra em Movimento”, que se desdobra tanto na UFRGS quanto nas escolas públicas da região metropolitana de Porto Alegre. Esse projeto promove espaços para discussão, reflexão, análise e criação artística a partir das questões que envolvem o universo feminino e, em específico, mulheres negras. As produções e apresentações artísticas do Corpo Negra tratam sobre pertencimento racial, ocupação de espaços públicos e referências negras na Dança como produto final dos ensaios, encontros e reuniões que relacionam esses temas com o universo político-artístico da Dança.

Através do projeto de extensão, as ações são voltadas para a comunidade geral de Porto Alegre com as edições do “Corpo Negra em Movimento na UFRGS” e para as escolas públicas de Porto Alegre e da região metropolitana com as edições “Corpo Negra em Movimento nas escolas”. Na UFRGS, ocorrem rodas de conversa e práticas artísticas no formato de oficinas de dança nos espaços da Universidade, aproximando principalmente jovens negros e negras do ambiente acadêmico e mostrando que é possível ingressar em uma faculdade e quais caminhos podem ser percorridos para isso. Nas escolas, o projeto coloca em prática a Lei 10.639/03 através de vivências em Dança e Educação para estimular a representatividade desde a infância, celebrar e valorizar a

cultura negra dentro do movimento de educação antirracista e em contraponto ao racismo institucional (ALMEIDA, 2018) que baseia a nossa sociedade.

Por ser composto também por alunas da Dança-Licenciatura, as ações do Coletivo articulam as demandas sociais com o exercício da docência, com o estímulo ao debate crítico e da difusão da arte da UFRGS nas escolas. As ações do Coletivo podem ser consideradas como práticas de resistência diante as lógicas excludentes e segregacionistas da estrutura social do país, que acabam expulsando os corpos negros do centro para as margens.

Durante a pandemia, as atividades foram reorganizadas e adaptadas com as edições do “Corpo Negra em Movimento em casa”, que consistiu em um circuito de oficinas totalmente online. Uma delas foi a palestra virtual com a produtora cultural Ana Paula Reis, voltada para profissionais da área artística. Essa ação visava explicar e facilitar os caminhos de formalização que viabilizam determinados tipos de contratação, produção em editais, os deveres do/a artista como emissão de nota fiscal e pagamento de impostos e suas garantias por direito, como aposentadoria, auxílio maternidade e doença, entre outros.

É de suma importância instrumentalizar artistas e produtores/as culturais, principalmente negros e negras, pois a formalização do trabalho artístico não é algo ensinado nas graduações em Dança, por exemplo. Esse processo é tão importante quanto nossos processos criativos artísticos, já que nossas formas de trabalho frequentemente não são vistas como algo profissional e que exige uma formação técnica.

Considerando cuidadosamente que as integrantes do Coletivo não são só mulheres artistas, mas que essa é apenas mais uma função exercida por elas, sem perder de vistas que são mães, filhas, esposas, uma das edições do “Corpo Negra em Movimento em casa”, as integrantes se reuniram com educadoras e mães do Coletivo para ter um momento de brincadeiras, danças, conversas sobre a pandemia, maternidade e educação.

Para dar conta de analisar as ações que expus até aqui, mobilizo o conceito de aquilombamento a partir de Beatriz Nascimento (19942-1995) no documentário “Orí”, de Raquel Berger (1989) e do resgate da sua trajetória feita por Alex Ratts no livro “Eu sou Atlântica” (2006). Ao se dedicar aos estudos sobre Quilombo, Nascimento (1989, 2006) mostra que este não se esgota a uma questão territorial geográfica, mas em um sentido simbólico. A autora pressupõe que as culturas negras podem ser revistas e modificadas pelas coletividades negras a partir de uma dinâmica plural e consciente.

Nascimento (1989) propõe entendermos a noção de aquilombamento no sentido de comunidade e de luta por melhores condições de vida. Somando os ensinamentos da autora com a experiência como integrante do Negressencia e com a etnografia que vem sendo realizada com os dois coletivos, constato que ao ingressar em um coletivo, o sujeito também está buscando um porto seguro que permita expressar plenamente uma identidade não estereotipada e, conseqüentemente, livre.

Já é sabido que a Lei de Cotas intensificou o acesso de negros e negras na universidade e esse foi um marco histórico que contribuiu para o processo de positivação da imagem desses sujeitos. Contudo, as universidades ainda refletem as assimetrias de poder que estruturam a nossa sociedade e, como estratégia de acolhimento e como rede de solidariedade entre estudantes negros e negras, há o “aquilombamento”. Isso se exemplifica na própria criação do Coletivo Corpo Negra, como apresentei anteriormente.

O que desejo analisar nesse momento é que as iniciativas articuladas e dançadas pelos dois grupos são organizadas para viabilizar mecanismos de representação social, cultural e política. São iniciativas que se voltam para o acolhimento e aquilombamento de jovens negros e negras nos dias atuais. Isso aparece concretamente, por exemplo, nas rodas de conversa sobre a solidão da mulher negra no Coletivo Corpo Negra e na imersão artística do Coletivo Negressencia que se configurou como um espaço seguro.

Ainda segundo Nascimento (1989), o Movimento Negro atualmente ressignifica a noção de aquilombamento, a partir de uma conotação ideológica no sentido de agregação. A partir disso, ambos os coletivos podem ser considerados como quilombos simbólicos dentro da universidade que se relacionam com a comunidade gaúcha a partir de práticas educativas. Esses coletivos estão inseridos, de forma distinta, em uma coletividade formada por indivíduos que, apesar dos vários processos de expropriação do seu espaço, de seus corpos, das suas relações, das suas danças, do seu tempo, procuram por um movimento de liberdade, literalmente.

Para além das ações analisadas, aponto que após ter participado da primeira formação do Negressencia (quando este ainda era um projeto financiado pela FUNArte, em 2016), consegui perceber a importância de estar entre pares. Durante os anos de graduação, em diversos momentos me senti sozinha e segui em frente fingindo não perceber o vazio. Isso não quer dizer que o Coletivo foi a solução de todos os meus problemas, mas que estar fortalecida me ajudou a enfrentar principalmente os que eram consequência do racismo institucional na UFSM. A experiência na imersão artística foi

para além de um projeto financiado e me fez perceber a importância da existência de um espaço em que artistas negros e negras se encontrem, se unam e acolham uns/umas aos/as outros/as.

O racismo que faz parte da sociedade brasileira obviamente também está presente nas relações entre professores/as, alunos/as, colegas, servidores/as e, a partir das ações do “Corpo Negra em Movimento na UFRGS” e da segunda edição do curso online “Corpo-Casa”, a noção de quilombamento também diz respeito a destrinchar os mecanismos racistas do cotidiano acadêmico. É possível, no processo de adaptação para oficinas e cursos online propostos pelos dois grupos, entender que o movimento de “quilombar-se” não se dá somente a partir da presença física em uma sala de aula ou de ensaio. O que quero dizer é que a experiência artística e acadêmica podem ser vias para agir contra as violências contra a população negra, como por exemplo as adaptações das propostas dos coletivos durante o período de isolamento social sem a presença física.

Para Beatriz Nascimento (1989), intelectuais vinculados/as ao Movimento Negro difundem a noção de Quilombo aplicando-os em seus projetos políticos e acadêmicos. No caso dos coletivos aqui pesquisados, é possível entender a noção de quilombamento com uma conotação ideológica, no sentido de comunidade e de luta, se reconhecendo como uma pessoa que deve lutar por melhores condições de vida desde o momento em que faz parte da sociedade.

Figura 3: Coletivo Corpo Negra (2019)



Foto: Bárbara Krüger Guimarães

As construções de coletividades negras enquanto qualificadoras de um espaço não acabou com a abolição da escravatura em 1888. Os coletivos Corpo Negra e Negressencia e suas ações analisadas sob a noção de aquilombamento no Movimento Negro também não estão restritas a territórios permanentes. A imagem acima é inserida aqui como um recurso para sintetizar e ilustrar o que tentei dizer com tantas palavras. Ela mostra poeticamente, entre muitas outras interpretações possíveis, que o corpo negro em conjunto com outros corpos negros constrói espaço em várias extensões, dinâmicas, características, intenções e o mais importante: ali seus integrantes se reconhecem. Nós nos reconhecemos.

PROPOSIÇÕES FINAIS

O estudo aponta para o fato de que a sociedade brasileira não pode ser compreendida sem a noção de racismo. A luz de uma discussão contemporânea sobre a estrutura racista que baseia nosso país, entrelaçando aspectos históricos, políticos, sociais, artísticos e institucionais, mostrei aqui que há mecanismos capazes de discriminar pessoas e grupos de maneira sistemática e estratégica, pautadas nas hierarquias raciais e de poder que moldam a vida social desde a escravidão.

Frente a dinâmica desta estrutura, há diversas formas de reação ao racismo. Estas vão desde estratégias de compreensão em nível individual até a construção de grupos pertencentes ao Movimento Negro, como o caso do Coletivo Negressencia e o Coletivo Corpo Negra, que tem transformado principalmente no que diz respeito ao campo universitário e artístico. O empoderamento de indivíduos e grupos está se desenvolvendo a grandes passos pois, por exemplo, no seio das instituições que promovem esta exclusão, nasceram dois coletivos negros artísticos que desafiam as hierarquias raciais e de poder.

A partir das múltiplas possibilidades de diálogo entre os caminhos da Antropologia, da Educação e da Arte, a pesquisa mostra que o Coletivo Corpo Negra e o Coletivo Negressencia são grupos que surgem como forma de organização política, artística e pressão social. Suas ações os constituem como mediadores entre a comunidade negra, a sociedade gaúcha e a universidade. Além disso, a participação em coletivos negros artísticos aparece não só como uma ação de militância, pois, são constituintes de uma experiência educadora pelos conhecimentos produzidos. Esses saberes fazem parte dos processos de reconstrução de identidades, de questionamentos, de ressignificações tanto sobre individualidade e subjetividade negra quanto sobre a vida em sociedade como um todo.

A partir do que expus até aqui, é possível concluir que a criação de grupos dentro da universidade que visam políticas de resistência ao racismo no universo da Dança deve levar em conta as transformações que ocorrem na conjuntura das relações raciais, bem como as identificações e posicionamentos políticos em suas formações coletivas, pois o vínculo entre a construção dessas poéticas e o engajamento político antirracista não é algo que já está dado. Isso ocorre pois é algo que precisa ser construído dentro de projetos como o Coletivo Corpo Negra e o Coletivo Negressencia e que depende de outras variáveis, tais como a instrumentalização teórica (e nesse caso, acadêmica) para a participação em organizações e demandas políticas coletivas.

A dança é uma área de produção de conhecimento e aparece nesses grupos como uma forma de organização do/no mundo de forma coletiva. Esse conhecimento se forma na prática, no trabalho em conjunto e, em consequência, é agente da produção de cultura a partir das relações sociais com si mesmo e com o/a outro/a. Por fim, a experiência da negritude e da militância na Dança pode ser considerada um potencializador da luta antirracista dentro da universidade através da produção de novas poéticas e estéticas negras em Dança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANDREOLI, Giuliano Souza. Por um conceito de Danças Negras. **Revista Arte da Cena**, v.7, n.1, jan-jul/2021. Disponível em: < <http://www.revistas.ufg.br/index.php/artce> > Acesso em: 17/08/2022

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo.

FERRAZ, Fernando Marques Camargo. **O corpo da dança negra contemporânea: diásporas e pluralidades cênicas entre Brasil e Estados Unidos.** Instituto de Artes da UNESP: Programa de Pós-Graduação em Artes, Tese (Doutorado em Artes), 2017.

FERRAZ, Fernando Marques Camargo. Danças negras: entre apagamentos e afirmação no cenário político das artes. **Revista Eixo**. Brasília-DF, v. 6, n. 2 (Especial), Novembro de 2017. Disponível em: < <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/523> > Acesso em: 24/08/2022

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.** São Paulo: Editora 34. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 2ª edição. 2012

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador.** Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes. 2018

GOMES, Nilma Lino. GOMES, Ana Maria Rabelo. **Anthropology and education in Brazil: Possible pathways in** ANDERSONN-LEVITT, Kathryn M. *Anthropologies of education: a global guide to ethnographic studies of learning and schooling.* 2011.

NASCIMENTO, Beatriz; GERBER, Raquel. **Ôrí.** São Paulo. 91', cor, 35mm, 1989. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/1PBQutmbgkx63IUUD8qOgIM2wKVIId4n/view> > Acesso em: 30/12/2021

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Imprensa Oficial. 2006

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento. Coleção Feminismos Plurais. 2017

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2003